

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 2 | Nº 4 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3905384>



O FANTASMA DO GOLPE NA ATUALIDADE

Michel Goulart da Silva¹

Resumo

Discute-se neste ensaio alguns dos discursos contemporâneos sobre a possibilidade de um golpe, comparando o contexto atual com elementos políticos e sociais do Brasil na década de 1960. Procura-se mostrar comparativamente como as diferenças de contexto, pelo menos no que se refere aos elementos mais recentes, não apontam para a possibilidade de um golpe atualmente no Brasil.

Palavras-chave: Bolsonaro; Brasil; Golpe de 1964; Guerra Fria.

Abstract

This essay discusses some of the contemporary discourses about the possibility of a coup comparing the current context with political and social elements in Brazil in the 1960s. We seek to show comparatively how the differences in context do not point to the possibility of a coup currently in Brazil at least in what concerns regarding to most recent elements.

Keywords: 1964 Coup; Bolsonaro; Brazil; Cold War.

O tensionamento provocado pelo avanço da crise do governo Bolsonaro colocou novamente no debate político a ideia de um possível golpe. Bolsonaro, cada vez mais acuado pelas fissuras em seu governo e pelas tensões com o Judiciário e mesmo com o Legislativo, estaria colocando no horizonte a possibilidade de uma “ruptura institucional”, se destaca diante de uma declaração nesse sentido de um de seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro. Além disso, não é incomum que os apoiadores de Bolsonaro defendam a ideia de uma “intervenção militar”.

O medo de um golpe é algo bastante vivo entre os brasileiros, o que parece ter ajudado na construção da narrativa de que teria ocorrido uma ruptura institucional com a manobra parlamentar que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Como em 2016, no atual contexto também não se coloca a possibilidade de um golpe, afinal Bolsonaro não conta nem com apoio dos militares para essa ação e nem a burguesia demonstra interesse na empreitada. Por outro lado, não há por parte do imperialismo nenhuma indicação de que apoiaria uma aventura como essa no Brasil.

Esses elementos ficam mais claro se comparado o contexto contemporâneo com aquele do começo da década de 1960. Não se vive mais na chamada “Guerra Fria”, ou seja, a ameaça comunista

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



deixou de ser algo concreto, depois do fim da União Soviética e de seus satélites, e do enfraquecimento do governo de economia planificada cubano.

Depois da Segunda Guerra, em 1945, houve uma polarização política internacional entre Estados Unidos e União Soviética, na qual cada um buscando conquistar apoio para suas políticas. Essa disputa parecia ganhar mais força à medida em que a União Soviética, ainda que burocratizada, conseguia por meio da economia planificada desenvolver-se como potência econômica e militar. Nas décadas de 1950 e 1960, apesar de todas as distorções do regime stalinista, a experiência soviética mostrava aos trabalhadores de todo o mundo que era possível superar o capitalismo por meio de uma revolução. Contudo, deve-se levar em consideração que “o cenário internacional colocava nuances muito mais complexas do que o antagonismo binário entre as duas potências” (SILVA, 2013, p. 83).

Em última análise, a “Guerra Fria” foi um reflexo distorcido da luta de classes a nível mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, as revoluções começaram a estalar em todo o mundo. Se os acordos de Yalta e Postdam, que traçaram a “divisão” do mundo depois do fim da guerra, procuravam ser respeitados por Stalin, a mesma coisa não se pode dizer do imperialismo. Este aumentava a pressão sobre a URSS afirmando que esta seria a fonte das revoluções, embora Stalin se negasse a apoiar muitas das lutas que ocorriam pelo mundo.

A classe operária, através do seu próprio movimento, impôs a expropriação do capital nos países que tinham sido invadidos pelas tropas soviéticas no final da Guerra. Na China, depois da experiência desastrosa de aliança o Kuomintang, partido nacionalista chinês, tomou o poder. Revoluções acontecem no Vietnã e na Coreia, que levam a guerras de libertação, onde o Partido Comunista ocupa um papel central. A Índia se tornou independente e as revoluções nacionalistas árabes derrubaram regimes que eram sustentados pelos velhos imperialismos francês e inglês. Mesmo no lado soviético, as revoluções em Berlim Oriental e Hungria mostravam que havia fissuras até mesmo em países que se colocavam como “socialistas”.

Os Estados Unidos, além de buscar enfraquecer seu adversário, precisava controlar as revoltas e revoluções que ocorriam em regiões que deveriam ser de sua influência. Esse fantasma que percorria o mundo chegou à América Latina por meio da Revolução Cubana, em 1959. Para o imperialismo, essas lutas nacionais continham o risco de movimentos que poderiam, além de buscar apoio político e militar no bloco soviético, também ser a antessala para uma revolução socialista, como ocorreu em Cuba e na China.

Esse era o cenário temido pela burguesia brasileira e por seu aparato estatal, em especial os militares, reforçando a defesa do alinhamento econômico e político com os Estados Unidos. Para os militares se colocava no horizonte a defesa da segurança nacional, que no âmbito interno identificavam



com a atuação de partidos de esquerda e de outras organizações dos trabalhadores e que se concretizava na disputa de dois projetos burgueses para o desenvolvimento do país. Um deles, cujo representante mais conhecido certamente era o presidente João Goulart, apontava para um projeto de desenvolvimento da indústria nacional e centrado em medidas de melhoria das condições de vida da população, por meio de um conjunto de reformas como a agrária, a urbana e a bancária. João Goulart afirmou no Comício da Central, em março de 1964, que seu lema era “progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”, tecendo críticas à “a ordem social imperfeita, injusta e desumana” (FICO, 2004, p. 286). Esse projeto tinha o apoio da maior parte dos setores da esquerda e das organizações dos trabalhadores, que colocavam sua ação e programa a reboque desse campo burguês.

O outro campo burguês defendia um projeto de nação atrelado aos interesses do imperialismo, no qual a economia brasileira estaria dominada por países estrangeiros e empresas multinacionais. Para esse campo, “a defesa da nação dependeria da atuação internacional do Brasil, como aliado dos Estados Unidos, fosse colaborando nas ações de defesa do Ocidente diante da ofensiva comunista, fosse mantendo uma postura de subordinação política e econômica aos Estados Unidos” (SILVA, 2013, p. 79). O empresariado brasileiro, em sua maioria, raciocinava nesse sentido. Em novembro de 1961, a FIESP declarava “que a taxa de formação de capitais nacionais é reduzida e, portanto, devemos incrementá-la com recurso de fora” (FICO, 2004, p. 234).

O Exército cumpria um papel central nisso. A maioria dos seus altos oficiais tinha se formado através de uma luta política ferrenha em seu interior, contra a influência do Partido Comunista e de Prestes, que carregava uma aura de um militar com larga experiência de batalha, em especial por conta da Coluna Prestes”, que era admirada e estudada. Esta influência era combatida por oficiais que se passaram a direita, alguns dos quais inclusive tinham combatido na coluna, assim como por um programa de formação militar, política e ideológica conduzida pelo imperialismo dos EUA.

Um manifesto assinado por membros da cúpula militar, em janeiro de 1963, afirmava que “o governo está violando a constituição permitindo que o comunismo ilegal desenvolva livremente sua atividade revolucionária e nitidamente contrária à carta magna do País” (A REVOLUÇÃO, 1966, p. 6). Nesse período havia mobilizações de trabalhadores em diferentes categorias, influenciadas por trabalhistas e comunistas, e mesmo no interior das forças armadas um setor apoiava o projeto nacionalista. (SILVA, 2011).

O setor majoritário entre os militares, municiado pelo imperialismo dos EUA, acreditava que o projeto nacionalista poderia significar um primeiro passo para a transição ao socialismo. O apoio do Partido Comunista ao governo João Goulart e o fantasma do comunismo colocavam os militares diante da necessidade de garantir a defesa da ordem burguesa e do alinhamento com os Estados Unidos. Em



sua posse como presidente, em abril de 1964, Humberto Castelo Branco se referia às ações do governo nascido do golpe como um “remédio para os malefícios da extrema esquerda” (A REVOLUÇÃO, 1966, p. 33).

O cenário político atual é bastante diferente, a começar pelo fim da Guerra Fria. Mesmo que existam fissuras e disputas internacionais, não existe uma polarização semelhante à que marcou os embates entre Estados Unidos e União Soviética. Mesmo que a burguesia identifique certa “instabilidade civil” em diferentes partes do mundo, especialmente por mobilizações em diversos continentes ocorridas em 2019, elas se dão a partir de diferentes perspectivas e programas e não possuem uma direção centralizada, como a Internacional Comunista ou outras articulações internacionais do século XX. Os movimentos que vão se construindo em meio à pandemia se dão por fora dos partidos e organizações tradicionais, que, na prática, defendem o mesmo aparato estatal que os militares e a burguesia.

Entre as mobilizações dos trabalhadores que possam colocar em risco a frágil institucionalidade e a manutenção de Bolsonaro no poder, por agora a burguesia parece aceitar a segunda opção, enquanto esse tiver a disposição de realizar o programa reformas em serviços públicos e direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, qualquer intenção golpista que passe pela cabeça de Bolsonaro ou a retórica de seus filhos e seguidores não tem nenhum impacto na realidade. Essas declarações podem no máximo servir para manter mobilizada sua base social e tentar consolidar um núcleo coeso de sua militância.

REFERÊNCIAS

EXÉRCITO. **A Revolução de 31 de março**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Michel Goulart da. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. “Os militares brasileiros e a ‘grande mentira’”. In: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart da. (Org.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2011.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 2 | Nº 4 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima